

Como são os vereadores de três capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte

Um resumo das características dos integrantes das Câmaras Municipais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, elaborado a partir de informações coletadas no projeto Excelências (www.excelencias.org.br). Julho/2008

Os vereadores são os políticos mais próximos do eleitor. A proximidade física pode levar à impressão de que o eleitor conhece bem o seu vereador. Falso. É impossível conhecer o comportamento de um vereador – ou de outro político qualquer – sem a análise de dados objetivos sobre sua atuação, como sua frequência às reuniões da Câmara Municipal ou o uso que faz das benesses que recebe. Ou sobre processos a que ele responde na Justiça.

Porém, a produção e a divulgação de dados objetivos, por parte do poder público, são coisa rara no Brasil, em todas as esferas e nos três Poderes (os entes do plano federal têm atuação um pouco menos crítica nesse aspecto). O conceito de publicidade, na esmagadora maioria dos casos, é deturpado. O que mais se vê é a omissão de informações.

Apesar dessa desanimadora situação geral, é possível, a partir de pesquisas exaustivas, reunir os poucos dados que estão dispersos em diversos órgãos e organizar tais informações. É o que faz o projeto Excelências, da Transparência Brasil. Reunidos, esses dados permitem construir perfis, apontar tendências e alcançar conclusões. É o que o leitor verá nas páginas seguintes, onde estão informações organizadas sobre as três principais Câmaras Municipais brasileiras e seus integrantes.

O projeto Excelências. Lançado em 2006, tendo por alvo as eleições gerais daquele ano, o projeto Excelências (www.excelencias.org.br) rapidamente se transformou em fenômeno eleitoral da Internet, tendo sido visitado por milhões de internautas. Venceu o Prêmio Esso de Reportagem de 2006, na categoria “Melhor contribuição à imprensa”. É referência obrigatória para informações sobre parlamentares e Casas legislativas.

O projeto traz informações sobre todos os parlamentares em exercício nas Casas legislativas das esferas federal, estadual e municipal das capitais, num total de 513 deputados federais, 81 senadores, 1059 deputados estaduais e 709 vereadores.

Os dados informados no Excelências são extraídos de fontes públicas (as próprias Casas legislativas, o Tribunal Superior Eleitoral, tribunais estaduais e superiores, Tribunais de Contas e outras) e de outros projetos mantidos pela Transparência Brasil, como o Às Claras (dados sobre financiamento eleitoral, www.asclaras.org.br) e o Deu no Jornal (noticiário sobre corrupção, www.deunojornal.org.br). O Deu no Jornal é financiado pela Fundação Ford, instituição que, no passado, financiou também o Às Claras.

O projeto conta com financiamento do Fundo para a Democracia das Nações Unidas e é publicado no portal iG.

Este relatório. Preparado por Bianca Vaz Mondo, Juliana Mari Sakai e Rodolfo Vianna, sob a coordenação de Fabiano Angélico. Direção de Claudio Weber Abramo.

Sumário

Perfis de financiamento eleitoral	3
Câmara de São Paulo.....	5
Recursos recebidos pelos vereadores a cada mês;	
Ocorrências na Justiça e punições de Tribunais de Contas;	
Variação da representação partidária;	
Afinidade com grupos de interesse;	
Citações em matérias jornalísticas sobre corrupção;	
Uso de verbas indenizatórias;	
Perfil do financiamento eleitoral.	
Câmara do Rio de Janeiro	18
Recursos recebidos pelos vereadores a cada mês;	
Ocorrências na Justiça e punições de Tribunais de Contas;	
Variação da representação partidária;	
Afinidade com grupos de interesse;	
Citações em matérias jornalísticas sobre corrupção;	
Relação familiar dos vereadores com outros políticos;	
Presença em reuniões plenárias;	
Perfil do financiamento eleitoral.	
Câmara de Belo Horizonte.....	28
Recursos recebidos pelos vereadores a cada mês;	
Ocorrências na Justiça e punições de Tribunais de Contas;	
Variação da representação partidária;	
Afinidade com grupos de interesse;	
Citações em matérias jornalísticas sobre corrupção;	
Perfil do financiamento eleitoral.	

Perfis de financiamento eleitoral

Por Claudio Weber Abramo

A legislação eleitoral brasileira obriga candidatos a informarem à Justiça Eleitoral os doadores de suas campanhas. Tais dados, publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral, são de domínio público. A Transparência Brasil emprega essas informações em seu projeto Às Claras (www.asclaras.org.br).

Um dos principais benefícios desse grau de transparência (a qual, diga-se, não é comum na maioria dos países) é permitir identificar os interesses que poderão vir a influenciar os candidatos caso venham a ser eleitos. Isso é importante para vigiá-los. Será que as empresas financiadoras da campanha de um prefeito eleito vencem contratos em licitações em frequência maior do que se deveria esperar? Será que um grupo de vereadores financiado por empresas de determinado setor legislarão de forma a beneficiar esse setor?

É por isso que os dados dos vereadores das capitais retratadas neste relatório incluem seus perfis de financiamento eleitoral no pleito que os elegeu, de 2004. Quase todos eles se candidatarão à reeleição em 2008.

Os dados de financiamento permitem realizar diferentes agregações e análises, que oferecem visões sobre as doações eleitorais que não são imediatamente aparentes apenas pela inspeção das listas de candidatos e seus respectivos doadores. A tabela seguinte resume alguns indicadores.

Dividindo-se o montante total dos financiamentos a candidatos a vereador pelo total de votos que eles receberam obtém-se a relação Receita/voto, que pode ser tomada como o custo (declarado) do voto médio (última coluna). O custo médio do voto no Brasil foi de R\$ 4,50. O índice referente ao conjunto dos municípios do estado de São Paulo esteve perto disso, o mesmo valendo para a capital.

	Candidatos*	Votos	Receita (R\$)	% sobre Brasil			% sobre estado			Receita/votos
				Votos	Receita	PIB mun.**	Votos	Receita	PIB mun.**	
<i>Brasil</i>	337.028	86.479.704	388.745.890							R\$ 4,50
<i>São Paulo</i>	60.831	18.883.957	89.701.720	21,8%	23,1%	35,2%				R\$ 4,75
<i>São Paulo</i>	1.205	4.718.516	20.794.424	5,5%	5,3%		25,0%	23,2%	36,2%	R\$ 4,41
<i>Rio de Janeiro</i>	14.516	7.621.203	29.144.707	8,8%	7,5%	11,9%				R\$ 3,82
<i>Rio de Janeiro</i>	1.100	2.957.131	12.869.115	3,4%	3,3%		38,8%	44,2%	48,2%	R\$ 4,35
<i>Minas Gerais</i>	54.168	9.588.226	25.620.138	11,1%	6,6%	9,3%				R\$ 2,67
<i>Belo Horizonte</i>	1.058	1.154.026	4.471.619	1,3%	1,2%		12,0%	17,5%	14,7%	R\$ 3,87

* Excluem-se candidatos que renunciaram às candidaturas ou morreram antes do pleito, ou que tiveram seus registros negados e portanto não foram incluídos nas listas de votação. Os números relativos às receitas e os cálculos decorrentes excluem as doações recebidas por esses candidatos.

** PIB municipal, IBGE, 2005. Os números para os estados (e para o Brasil) são obtidos pelo agregado dos PIBs de seus respectivos municípios. Exclui-se dos cálculos o Distrito Federal.

Já no caso dos municípios fluminenses o custo médio por voto ficou abaixo desse valor, ao passo que para o município da capital a média foi semelhante à brasileira. Isso parece indicar que os candidatos fluminenses, excetuando-se os da capital, tenderam a omitir doações.

O fenômeno se manifesta também em Minas Gerais, e de forma agravada. Para o conjunto dos municípios mineiros, o custo médio do voto foi de apenas R\$ 2,67, ou 60% do custo médio nacional. O custo médio em Belo Horizonte, de R\$ 3,87 por voto, foi um pouco mais elevado, mas ainda assim bem abaixo da média nacional.

Outras pistas sobre a sub-declaração de doações recebidas são sugeridas pela comparação entre as receitas declaradas e os PIBs municipais. É razoável supor que os montantes doados a campanhas eleitorais acompanhem a riqueza dos municípios. Quanto maior o PIB do município, maior deve ser o montante agregado das doações. É possível que essa relação presumida não seja necessariamente de proporcionalidade estrita (fatores demográficos, por exemplo, podem entrar em jogo), mas de forma geral os dois números devem andar mais ou menos juntos.

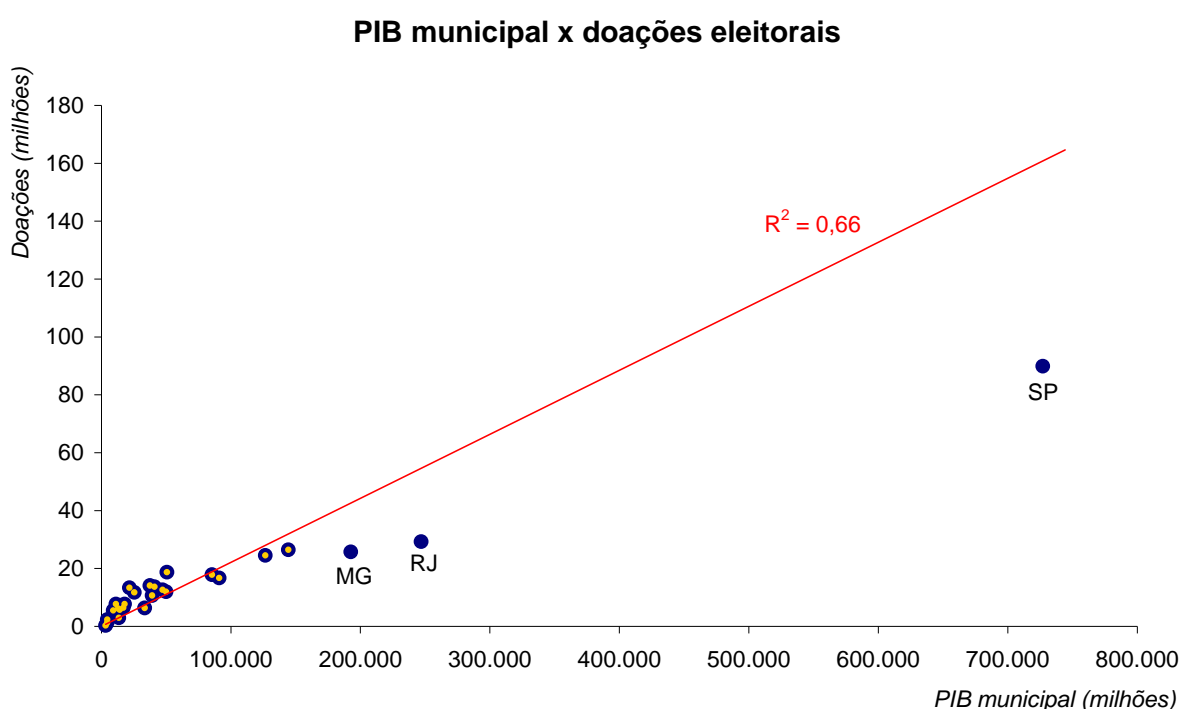
Examinando-se inicialmente o conjunto dos municípios dos três estados retratados aqui, observa-se:

- Os municípios paulistas respondem por 35,2% do PIB municipal brasileiro, mas a receita eleitoral proveniente desses municípios foi de apenas 23,1% do total nacional.
- A maior distância entre PIB municipal e arrecadação eleitoral ocorreu nos municípios fluminenses: 11,9% contra 7,5%.
- A disparidade também é elevada em Minas Gerais: 9,3% contra 6,6%.

Já no que tange às capitais em relação aos números de cada estado, o quadro se inverte:

- Belo Horizonte, que gera 14,7% do PIB municipal mineiro, recolheu na forma de doações eleitorais 17,5% do arrecadado no agregado dos municípios do estado.
- A cidade do Rio de Janeiro, responsável por 48,2% do PIB municipal fluminense, respondeu por 44,2% da arrecadação eleitoral no pleito para vereadores.
- Já a capital paulista, que gera 36,2% do PIB municipal do estado, produziu apenas 23,2% da arrecadação eleitoral para seus candidatos.

Os indícios de que os candidatos desses três estados podem ter sub-declarado doações podem ser visualizados no gráfico seguinte, em que se relacionam o agregado dos PIBs municipais e o agregado das arrecadações eleitorais. É evidente que os três estados situam-se abaixo da linha vermelha que assinala a tendência geral da relação vigorante entre os demais estados brasileiros. O número $R^2 = 0,66$ representa o quadrado da correlação entre os dois conjuntos de números.



Câmara Municipal de São Paulo

Por Bianca Vaz Mondo

A Câmara Municipal de São Paulo é integrada por 55 vereadores. Com um orçamento para 2008 definido em R\$ 310,5 milhões, cerca de R\$ 5,6 milhões serão gastos neste ano para manter cada mandato parlamentar. Um investimento de R\$ 28,53 de cada habitante da cidade.

A Câmara de São Paulo é uma das raras Casas legislativas do país que divulga informações, ainda que poucas, sobre a atuação parlamentar de seus membros. Em agosto de 2007 (mais de dois anos e meio após o início da atual legislatura), a Câmara começou a publicar em seu sítio na Internet o montante das chamadas “verbas indenizatórias” solicitadas por cada vereador. A prestação de contas, porém, restringe-se a esses dados. Não há informações disponíveis sobre as viagens oficiais feitas pelos parlamentares e as diárias recebidas, nem sobre presença em comissões e no plenário.

Recursos mensais

Complementando o salário de R\$ 9.288,05 que recebem pelo mandato exercido, os vereadores paulistanos têm acesso a outra fonte de recursos da Câmara Municipal, supostamente utilizada para financiar sua atividade parlamentar: a “verba indenizatória”, que consiste em um ressarcimento aos vereadores, mediante apresentação de comprovantes de pagamento, por despesas alegadamente realizadas no exercício do cargo. Esse montante tem um teto de R\$ 13.343,33 por mês.

Outra forma de os vereadores interferirem diretamente na quantia despendida pela Casa é a “gratificação em nível de assessoramento”, também chamada “verba de gabinete”, que tem a finalidade de remunerar “assessores” dos vereadores. Cada parlamentar pode contratar até 18 desses auxiliares, cujos salários não devem somar mais do que R\$ 71.564,92. O pagamento é feito diretamente pela Câmara.

Portanto, o total de dinheiro público que é invertido diretamente em cada vereador é:

Tipo	R\$
Salário	9.288,05
Verba de gabinete	71.564,92
Verba indenizatória	13.343,33
Total	94.196,30

Ocorrências na Justiça e em Tribunais de Contas

Na Câmara Municipal de São Paulo, quase 25% dos vereadores figuram como parte em processos relacionados a casos de corrupção ou outras irregularidades. Entre os treze parlamentares que são réus ou que foram punidos por Tribunais de Contas, os casos mais comuns são reprovações a prestações de contas de campanhas eleitorais.

Além de pendências na Justiça Eleitoral (que não se resumem às já citadas reprovações a prestação de contas), alguns vereadores paulistanos são réus na Justiça comum e/ou sofreram punições por Tribunais de Contas:

Número de vereadores com ocorrências por esfera	
<i>Justiça Eleitoral</i>	9
<i>Justiça comum</i>	3
<i>Tribunais de Contas</i>	2

Três vereadores apresentam mais de uma ocorrência: Antonio Carlos Rodrigues (PR), Carlos Apolinario (DEM) e Ricardo Teixeira (PSDB).

Mais de 10% dos atuais ocupantes da Câmara de São Paulo tiveram rejeitadas as suas contas da campanha eleitoral de 2004. São eles Agnaldo Timóteo (PR), Carlos Apolinario, Claudio Prado (PDT), Donato (PT), Francisco Chagas e Juscelino Gadelha (PSDB).

Outros três tiveram as contas rejeitadas em campanhas eleitorais que não a de 2004: Beto Custódio (PT), Jooji Hato (PMDB) e Senival Moura (PT).

Outros problemas enfrentados pelos vereadores:

Justiça Eleitoral

Carlos Apolinario (DEM). É alvo de Ação de Investigação Judicial Eleitoral, iniciada em 2006, por abuso de poder econômico e uso indevido de meios de comunicação social. As acusações se baseiam na alegação de que a igreja Assembléia de Deus, da qual é membro, teria custeado propaganda em favor de sua candidatura ao governo do estado em 2006. Em decorrência, o Ministério Público Eleitoral pede a cassação de seu diploma e a declaração de sua inelegibilidade.

Tribunais de Contas

Antonio Carlos Rodrigues (PR). Aparece como responsável em doze contratos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do estado (TCE-SP), firmados durante sua gestão como presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).

Ricardo Teixeira (PSDB). Está entre os responsáveis por seis contratos ou termos de aditamento julgados ilegais pelo TCE-SP, que foram firmados enquanto Teixeira ocupava a função de diretor de operações da Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa).

Justiça comum

Arselino Tatto (PT). É acusado de apropriação de parte dos vencimentos de funcionários de seu gabinete. O processo tramita na primeira instância.

Myryam Athie (PDT). É alvo de ação civil pública por improbidade administrativa, com base na acusação de que teria recebido propina para atuar em favor de uma empresa de transportes da cidade. O processo aguarda decisão da primeira instância.

Ricardo Teixeira (PSDB). Recorre ao Tribunal de Justiça de São Paulo contra condenação em ação civil pública por improbidade administrativa. O juízo de primeira instância considerou ilegal a contratação de um escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação, realizada pela Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa) durante sua gestão como diretor do órgão. A sentença determinou a perda da função pública ocupada, a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos, o pagamento de multa civil correspondente a cem vezes o valor da remuneração percebida na época dos fatos e a impossibilidade de contratar com o poder público por três anos.

A distribuição partidária desses vereadores é a seguinte:

Partido	Vereadores com ocorrência(s)	Bancada	%
<i>PDT</i>	2	2	100%
<i>PMDB</i>	1	2	50%
<i>PT</i>	5	12	42%
<i>PR</i>	2	5	40%
<i>PSDB</i>	2	12	17%
<i>DEM</i>	1	7	14%
<i>PP</i>	0	3	0%
<i>PPS</i>	0	2	0%
<i>PRB</i>	0	1	0%
<i>PSB</i>	0	2	0%
<i>PTB</i>	0	4	0%
<i>PV</i>	0	3	0%

Observe-se que a distribuição dos vereadores que respondem a processos entre os partidos nem sempre acompanha o tamanho das bancadas partidárias. PT e PSDB, por exemplo, têm o mesmo número de representantes, mas a parcela da bancada do primeiro que enfrenta processos na Justiça é superior a 40%, enquanto no segundo é de cerca de 17%. A bancada do DEM é outro exemplo: seu único vereador com ocorrência na Justiça equivale a 14% da bancada do partido. O PDT, por sua vez, tem seus dois parlamentares como réus ou alvos de decisões desfavoráveis na Justiça.

O que se verifica na Câmara de São Paulo difere do resultado encontrado em relatório da Transparência Brasil que levou em conta todos os senadores e deputados federais e estaduais em exercício. No estudo “Como são nossos parlamentares”¹ foi possível perceber uma correlação muito forte entre o número de parlamentares com ocorrências na Justiça em cada partido e o número de representantes por partido. Ou seja, a fatia de parlamentares com problemas na Justiça e Tribunais de contas distribui-se mais uniformemente entre os partidos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais.

Suplentes em exercício

Sete dos vereadores eleitos em 2004 renunciaram a suas cadeiras no Legislativo municipal para assumir mandatos conquistados nas eleições de 2006: Carlos Giannazi (PT), Marcos Zerbini (PSDB) e Ricardo Montoro (PSDB) estão hoje na Assembleia Legislativa; Jorge Tadeu Mudalen (PMDB), José Aníbal (PSDB), Paulo Teixeira (PT) e William Woo (PSDB) são deputados federais. Em decorrência disso, sete suplentes tornaram-se titulares e exercem o mandato: Carlos Neder (PT), Eliseu Gabriel (PSB), José Rolim (PSDB), Mara Gabrielli (PSDB), Ricardo Teixeira (PSDB), Senival Moura (PT) e Tião Farias (PSDB).

Composição partidária

A Câmara de Vereadores é um símbolo fundamental da democracia representativa no plano municipal. Um olhar sobre a atual composição da Câmara de São Paulo revela mudanças que essa representação sofreu ao longo da presente legislatura.

¹ Divulgado em janeiro de 2008 (www.excelencias.org.br/excelencias.pdf).

As maiores bancadas eleitas em 2004, do PSDB e do PT, seguem no topo, embora tenham perdido um vereador cada uma. PTB e PMDB tiveram as maiores perdas: o primeiro tem hoje três vereadores a menos, e o segundo teve sua bancada reduzida à metade. Chama a atenção o crescimento das bancadas do DEM - partido do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab – e do PR, legenda que apoiará o chefe do Executivo municipal na sua tentativa de reeleição em outubro. O PC do B perdeu seu único vereador e deixou o rol dos partidos com representação na Câmara Municipal; o PRB, por sua vez, passou a integrá-lo.

A tabela seguinte traz o número de vereadores por partido, de acordo com o resultado das eleições e com a atual configuração, com destaque para as legendas que tiveram as maiores variações.

Partido	Bancadas eleitas	Bancadas atuais
<i>PSDB</i>	13	12
<i>PT</i>	13	12
<i>PFL/DEM</i>	2	7
<i>PL/PR</i>	3	5
<i>PTB</i>	7	4
<i>PP</i>	4	3
<i>PV</i>	3	3
<i>PDT</i>	2	2
<i>PMDB</i>	4	2
<i>PPS</i>	2	2
<i>PSB</i>	1	2
<i>PRB</i>	0	1
<i>PC do B</i>	1	0

A entrada dos suplentes teve pouco impacto sobre as bancadas partidárias. A única mudança originada por esse fator foi a substituição de um vereador do PMDB por um do PSB. A principal causa da redistribuição dos parlamentares entre as várias bancadas foi a cooptação para integrar a “base aliada”, como é comum em todas as Casas legislativas brasileiras. Um quinto da Câmara mudou de partido pelo menos uma vez durante a atual legislatura. Foram eles:

Vereador	Partido eleito	Partido atual
<i>Carlos Apolinario</i>	PDT	DEM
<i>Lenice Lemos</i>	PV	DEM
<i>Mario Dias</i>	PTB	DEM
<i>Marta Costa</i>	PTB	DEM
<i>Milton Leite</i>	PMDB	DEM
<i>Ademir da Guia</i>	PCdoB	PR
<i>Agnaldo Timóteo</i>	PP	PR
<i>Atílio Francisco</i>	PTB	PRB
<i>Myryam Athie</i>	PPS	PDT
<i>Roberto Tripoli</i>	PSDB	PV
<i>Soninha</i>	PT	PPS

Bancadas de interesses

Entre os vereadores em exercício, sete identificam-se como evangélicos: Atílio Francisco (PRB), Carlos Alberto Bezerra Jr. (PSDB), Carlos Apolinario (DEM), Jorge Borges (PP), Lenice Lemos (DEM), Marta Costa (DEM) e Noemi Nonato (PSB). Esse grupo, que representa 13% da Casa, não está ligado a um único partido, mas três de seus integrantes são filiados ao DEM.

São seis os parlamentares sindicalistas: Adilson Amadeu (PTB), Claudete Alves (PT), Cláudio Prado (PDT), Dalton Silvano (PSDB), Francisco Chagas (PT) e Senival Moura (PT). Como se pode ver, cinco deles são filiados a partidos de orientação trabalhista, e nenhuma dessas filiações é recente.

Os policiais também têm representação na Câmara Municipal, ainda que pequena – Abou Anni (PV).

Um vereador paulistano detém concessão de radiodifusão: Carlos Apolinario. Segundo a base de dados do Ministério das Comunicações, Apolinario é sócio da Rádio Vida FM, que, de acordo com o sítio de Internet da emissora, tem sede na região de Santana (Zona Norte de São Paulo).

Ocorrências no Deu no Jornal

De acordo com o banco de dados do Deu no Jornal, projeto da Transparência Brasil que recolhe matérias jornalísticas sobre corrupção, 27 dos 55 vereadores de São Paulo são citados por envolvimento em irregularidades ou escândalos de corrupção. Ou seja: cerca de 50% dos integrantes da Casa são acusados de desvios de conduta, como nepotismo, apropriação de salários de assessores, uso da máquina e tráfico de influência.

Ocorrências por tipo de denúncia	
<i>Nepotismo</i>	11
<i>Contas eleitorais</i>	10
<i>Apropriação de salários</i>	4
<i>Tráfico de influência</i>	1
<i>Contratos com o poder público</i>	2
<i>Outros</i>	6

Onze vereadores teriam praticado nepotismo: Abou Anni (PV), Ademir da Guia (PR), Adilson Amadeu (PTB), Atílio Francisco (PRB), Carlos Apolinario, Dalton Silvano, Jooji Hato, Jorge Borges (PP), Marta Costa (DEM), Toninho Paiva (PR) e Wadih Mutran (PP). A acusação se baseia na constatação, pela imprensa, de que familiares desses parlamentares ocupavam cargos comissionados na Câmara Municipal. Alguns teriam sido contratados nos próprios gabinetes dos vereadores e outros nos gabinetes das lideranças de partidos ou nos gabinetes de outros vereadores.

Acusações de apropriação de salários registradas na imprensa atingiram quatro vereadores: Ademir da Guia, Arselino Tatto, Claudete Alves (PT) e Lenice Lemos (DEM). Investigada pelo Ministério Público Estadual por enriquecimento ilícito, Claudete Alves chegou a ser afastada do cargo. Arselino Tatto, como mencionado na seção anterior, enfrenta processo judicial relacionado a esse caso.

Um vereador enfrenta acusação de tráfico de influência:

Myryam Athie (PDT). É acusada de ter recebido propina da Transportes Urbanos Cidade Tiradentes para obter a suspensão de intervenção municipal na empresa. A vereadora também recebeu ordem judicial para o afastamento do cargo em virtude dessa denúncia.

Outro caso que se repete é de vereadores que firmaram contrato com o poder público ou com concessionárias de serviço público:

Milton Leite (DEM). A contratação de sua empreiteira por uma cooperativa de transporte da cidade está sob investigação do Ministério Público, pois contraria dispositivo da Lei Orgânica Municipal que proíbe vereadores de manter contratos com concessionárias de serviços públicos.

Senival Moura (PT). Teria infringido o mesmo dispositivo da lei orgânica: ele próprio é permissionário de uma linha de transporte.

Há outros casos de suspeita de conduta indevida em que são mencionados quatro vereadores:

Antonio Carlos Rodrigues (PR). Admitiu ter utilizado o serviço postal da Câmara para enviar a eleitores material de sua campanha eleitoral de 2004, mas alegou que foi um equívoco e que ressarciria a Câmara o montante gasto.

Lenice Lemos (DEM). De acordo com acusações dos dirigentes da igreja Renascer em Cristo, a vereadora, que foi bispa da agremiação, teria desviado cerca de R\$ 2 milhões de doações feitas por fiéis; essa teria sido a justificativa para sua expulsão da igreja.

Arselino Tatto (PT). Teria atuado num suposto esquema de pagamento de propina aos vereadores paulistanos durante a gestão Marta Suplicy, em que teria sido responsável pela distribuição de dinheiro entre os parlamentares.

Donato (PT). Admitiu ter assinado um documento atestando a existência de uma organização não-governamental que, mais tarde, foi identificada como fantasma por auditoria do Ministério da Educação. O vereador justificou seu aval à instituição dizendo que havia visitado a sede da entidade.

A imprensa de São Paulo também publicou informações sobre decisões da Justiça contra alguns dos vereadores. A condenação de Ricardo Teixeira por improbidade administrativa foi noticiada, bem como a reprovação das prestações de contas eleitorais de dez vereadores.

Verbas indenizatórias

As verbas indenizatórias são um estipêndio a que cada vereador tem direito alegadamente para dar suporte à atividade parlamentar. O parlamentar efetua a despesa com recursos próprios e posteriormente pede reembolso. Apesar disso, muitas das atividades para as quais o vereador é ressarcido já têm rubrica no orçamento da Câmara. Assim, por exemplo, o gasto anual dos vereadores na categoria Consultoria/Divulgação é de quase R\$ 3 milhões (entre agosto de 2007 e junho de 2008 foram R\$ 2,6 milhões). Mas a TV Câmara, que cumpre exatamente o papel de divulgar as atividades da Casa, consome mais de R\$ 10 milhões por ano conforme a peça orçamentária da Casa.

A verba indenizatória pode ser acompanhada graças à obrigação dos parlamentares em prestar contas dessas despesas. Isso não ocorre com a “verba de gabinete” (estipêndio para pagar salário a “assessores”), sobre a qual não há dados disponíveis.

A prestação de contas das verbas indenizatórias pela Câmara discrimina 20 tipos de despesas, que o projeto Excelências agrupa em quatro grandes categorias (uma dessas categorias corresponde a aluguéis de imóveis, que no entanto não são discriminados na planilha da Câmara de São Paulo:

Consultoria/divulgação	Diversos	Transportes/estadia
Provedor de Internet	Serviços de reprografia	Combustível
Elaboração/Manutenção de site	Materiais de escritório e consumo	Lubrificantes
Contratação de pessoa jurídica	Locação de móveis e equipamentos	Estacionamento
Composição/arte/ diagramação	Livros	Locação de veículo
Produção/impressão gráfica	Assinatura de jornais e revistas	Limpeza de veículo
Despesas de correio	Telefone fixo	
Aperfeiçoamento profissional	Telefone móvel	
Despesas com eventos/seminários		

Os montantes médios dispendidos pelos vereadores em cada categoria entre agosto de 2007 (quando a informação passou a ser publicada) e junho de 2008 foram:

Tipo	Consultoria/divulgação	Diversos	Transportes/estadia	Total
Montante	R\$ 61.549,36	R\$ 13.743,96	R\$ 19.742,45	R\$ 95.035,77
Porcentagem	64%	14%	22%	
Média mensal (11 meses)	R\$ 5.595,40	R\$ 1.249,45	R\$ 1.794,77	

Os dados disponíveis revelam uma concentração das despesas em Consultoria/divulgação. Para 85% dos vereadores, esses gastos superam a soma do que foi gasto com as outras duas categorias. Na prestação de contas de dezoito dos parlamentares essa parcela chega a mais de 70% dos gastos. É interessante observar que a maior concentração de gastos nesse item acentuou-se em 2008, ano eleitoral.

A tabela seguinte representa os vereadores que mais receberam verbas indenizatórias, e também os que menos receberam, considerado todo o período analisado. Por fim, estão as informações consolidadas de todos os vereadores, distribuídas nas três categorias de despesa, com destaque para os cinco vereadores que mais gastaram em cada categoria.

Período ago.2007 a jun.2008			
Os que mais gastaram		Os que menos gastaram	
Milton Leite	136.267,62	Carlos Apolinario	721,35
Ricardo Teixeira	131.204,48	Tião Farias	26.193,94
Beto Custódio	131.092,68	Netinho	33.867,17
Edivaldo Estima	129.182,56	Russomanno	34.672,70
Adilson Amadeu	127.938,08	José Rolim	40.964,84

Em seguida, a tabela dos reembolsos recebidos pelos vereadores de São Paulo. Os cinco maiores gastadores em cada categoria estão assinalados em vermelho.

Parlamentar	Consultoria/divulgação	%	Diversos	%	Transportes/estadia	%	Totais
Abou Anni	93.042,27	77%	15.260,53	13%	12.203,16	10%	120.505,96
Ademir da Guia	39.221,76	44%	32.169,90	36%	16.934,74	19%	88.326,40
Adilson Amadeu	95.224,21	74%	10.414,17	8%	22.299,70	17%	127.938,08
Adolfo Quintas	85.165,24	74%	8.021,61	7%	21.446,13	19%	114.632,98
Agnaldo Timóteo	46.433,33	52%	22.233,67	25%	21.169,01	24%	89.836,01

Parlamentar	Consultoria/ divulgação	%	Diversos	%	Transportes/ estadia	%	Totais
Antonio Carlos Rodrigues	47.821,41	62%	8.758,36	11%	20.999,67	27%	77.579,44
Arselino Tatto	52.323,78	65%	7.893,03	10%	20.624,83	26%	80.841,64
Atílio Francisco	38.170,26	52%	8.239,39	11%	26.966,43	37%	73.376,08
Aurelio Miguel	54.821,62	60%	16.506,71	18%	19.667,89	22%	90.996,22
Aurélio Nomura	77.480,05	64%	21.624,99	18%	22.551,30	19%	121.656,34
Beto Custódio	80.828,52	62%	22.828,38	17%	27.435,78	21%	131.092,68
Carlos Alberto Bezerra Jr.	66.164,29	67%	9.572,31	10%	23.599,38	24%	99.335,98
Carlos Apolinario		0%	721,35	100%		0%	721,35
Carlos Neder	91.317,68	73%	11.612,64	9%	21.534,72	17%	124.465,04
Celso Jatene	43.097,15	98%	721,29	2%		0%	43.818,44
Chico Macena	77.546,04	78%	16.318,46	16%	5.518,40	6%	99.382,90
Claudete Alves	58.480,00	68%	9.036,15	10%	18.809,25	22%	86.325,40
Claudinho	49.810,86	51%	24.807,43	25%	23.894,73	24%	98.513,02
Claudio Prado	73.440,77	60%	24.169,42	20%	24.853,70	20%	122.463,89
Dalton Silvano	85.527,43	72%	9.568,86	8%	23.788,79	20%	118.885,08
Domingos Dissei	70.422,87	75%	6.145,27	7%	17.429,38	19%	93.997,52
Donato	50.620,29	57%	15.326,87	17%	22.656,73	26%	88.603,89
Edivaldo Estima	88.013,87	68%	18.547,61	14%	22.621,08	18%	129.182,56
Eliseu Gabriel	88.858,10	71%	14.164,32	11%	22.421,29	18%	125.443,71
Farhat	55.520,20	64%	11.796,65	14%	19.157,47	22%	86.474,32
Francisco Chagas	65.438,82	64%	15.282,34	15%	21.864,87	21%	102.586,03
Gilson Barreto	59.197,81	54%	27.369,79	25%	23.849,76	22%	110.417,36
Goulart	77.007,13	69%	16.221,77	15%	17.873,05	16%	111.101,95
João Antonio	53.218,24	64%	8.313,15	10%	21.041,68	25%	82.573,07
Jooji Hato	73.942,98	67%	13.735,09	12%	23.453,54	21%	111.131,61
Jorge Borges	36.899,63	38%	37.153,40	38%	24.230,48	25%	98.283,51
José Américo	66.582,33	63%	16.993,43	16%	22.432,17	21%	106.007,93
José Ferreira	92.835,99	75%	6.164,16	5%	25.351,24	20%	124.351,39
José Rolim	12.066,83	29%	6.081,88	15%	22.816,13	56%	40.964,84
Juscelino Gadelha	47.723,27	60%	8.915,36	11%	22.645,10	29%	79.283,73
Lenice Lemos	64.983,71	68%	8.171,66	8%	23.008,49	24%	96.163,86
Mara Gabrilli	21.722,43	35%	17.314,16	28%	22.288,29	36%	61.324,88
Mario Dias	80.391,13	73%	9.461,75	9%	19.783,44	18%	109.636,32
Marta Costa	46.093,81	62%	11.634,81	16%	16.465,45	22%	74.194,07
Milton Leite	106.961,75	78%	11.410,18	8%	17.895,69	13%	136.267,62
Myryam Athie	84.700,58	67%	25.921,95	21%	15.771,15	12%	126.393,68
Natalini	75.031,35	65%	16.800,84	14%	24.143,22	21%	115.975,41
Netinho	26.979,69	80%	6.887,48	20%		0%	33.867,17
Noemi Nonato	85.199,49	73%	12.297,11	10%	19.954,86	17%	117.451,46
Paulo Fiorilo	43.919,25	52%	19.505,38	23%	21.276,53	25%	84.701,16
Paulo Frange	65.084,35	71%	9.156,99	10%	17.972,63	19%	92.213,97
Ricardo Teixeira	101.214,28	77%	22.407,92	17%	7.582,28	6%	131.204,48
Roberto Tripoli	83.634,03	75%	9.200,19	8%	18.537,85	17%	111.372,07
Russomanno	6.755,10	19%	9.335,74	27%	18.581,86	54%	34.672,70
Senival Moura	83.131,83	73%	8.208,71	7%	22.519,12	20%	113.859,66
Soninha	23.799,93	49%	5.773,59	12%	19.057,13	39%	48.630,65
Tião Farias	1.655,86	6%	3.302,44	13%	21.235,64	81%	26.193,94

Parlamentar	Consultoria/ divulgação	%	Diversos	%	Transportes/ estadia	%	Totais
<i>Toninho Paiva</i>	56.876,09	53%	18.908,39	18%	31.336,58	29%	107.121,06
<i>Ushitaro Kamia</i>	64.842,49	62%	16.098,99	15%	23.998,20	23%	104.939,68
<i>Wadih Mutran</i>	67.972,58	68%	11.430,05	11%	20.284,72	20%	99.687,35
Totais	2.608.518,02		571.673,67		829.936,69		4.010.128,38

Financiamento eleitoral - 2004

Com base no projeto Às Claras (www.asclaras.org.br), que também é mantido pela Transparência Brasil e que reúne dados sobre o financiamento eleitoral nas últimas três eleições, buscou-se analisar o custo de uma cadeira no Legislativo municipal e a relação entre o número de votos recebidos pelos candidatos e a receita declarada de suas campanhas eleitorais.

Em geral, quanto mais se investe em uma campanha eleitoral, maior será a votação obtida. O gráfico seguinte ilustra em que medida essa relação se estabelece para os candidatos que concorreram à Câmara Municipal de São Paulo em 2004 (fonte: projeto Às Claras).



Dos 55 eleitos em São Paulo, 40 tiveram arrecadação declarada de mais de R\$ 100 mil, enquanto a receita média de todos os candidatos foi de pouco mais de R\$ 24 mil. Considerados somente os eleitos, a receita média salta para R\$ 164.091,42, quase sete vezes mais. A tabela seguinte representa a receita, a votação obtida e o custo do voto de todos os vereadores eleitos em 2004 na cidade. Tais receitas somam R\$ 9.025.026,00, montante que representa cerca de 43% dos recursos arrecadados por todos os candidatos a vereador (R\$ 20.817.750,00).

Eleitos	Votação	Receita	Receita/voto
<i>Goulart</i>	67.594	R\$ 520.512,18	R\$ 7,70
<i>Milton Leite</i>	63.374	R\$ 331.670,19	R\$ 5,23
<i>Antonio Carlos Rodrigues</i>	57.307	R\$ 317.050,15	R\$ 5,53
<i>Claudio Prado</i>	30.302	R\$ 311.200,00	R\$ 10,27
<i>Luiz Paulo Teixeira Ferreira</i>	47.473	R\$ 300.454,47	R\$ 6,33
<i>Chico Macena</i>	27.871	R\$ 299.591,65	R\$ 10,75
<i>Arselino Tatto</i>	73.308	R\$ 292.760,00	R\$ 3,99
<i>José Américo</i>	35.998	R\$ 284.265,00	R\$ 7,90

Eleitos	Votação	Receita	Receita/voto
<i>José Aníbal Peres de Pontes</i>	165.880	R\$ 267.857,63	R\$ 1,61
<i>Roberto Tripoli</i>	57.405	R\$ 262.044,88	R\$ 4,56
<i>Donato</i>	58.952	R\$ 249.872,50	R\$ 4,24
<i>Toninho Paiva</i>	45.512	R\$ 243.425,69	R\$ 5,35
<i>Paulo Frange</i>	37.122	R\$ 235.009,84	R\$ 6,33
<i>José Ricardo Franco Montoro</i>	57.600	R\$ 224.830,50	R\$ 3,90
<i>Paulo Fiorilo</i>	32.953	R\$ 211.759,00	R\$ 6,43
<i>João Antonio</i>	45.636	R\$ 207.770,61	R\$ 4,55
<i>Francisco Chagas</i>	32.252	R\$ 189.899,99	R\$ 5,89
<i>Celso Jatene</i>	69.354	R\$ 187.848,15	R\$ 2,71
<i>José Ferreira</i>	31.318	R\$ 185.797,00	R\$ 5,93
<i>Netinho</i>	22.548	R\$ 183.515,00	R\$ 8,14
<i>Myryam Athie</i>	26.357	R\$ 181.330,00	R\$ 6,88
<i>Luiz Roberto Fernandes</i>	38.901	R\$ 173.295,10	R\$ 4,45
<i>William Boss Woo</i>	46.755	R\$ 167.780,00	R\$ 3,59
<i>Mario Dias</i>	28.197	R\$ 160.870,00	R\$ 5,71
<i>Jorge Tadeu Mudalen</i>	51.668	R\$ 158.405,43	R\$ 3,07
<i>Dalton Silvano</i>	36.110	R\$ 151.900,00	R\$ 4,21
<i>Natalini</i>	31.547	R\$ 150.994,41	R\$ 4,79
<i>Ushitaro Kamia</i>	39.700	R\$ 146.521,39	R\$ 3,69
<i>Carlos Apolinario</i>	44.526	R\$ 145.569,97	R\$ 3,27
<i>Beto Custódio</i>	35.057	R\$ 139.711,40	R\$ 3,99
<i>Marta Costa</i>	35.989	R\$ 139.685,00	R\$ 3,88
<i>Edivaldo Estima</i>	34.885	R\$ 139.304,25	R\$ 3,99
<i>Claudete Alves</i>	46.104	R\$ 135.618,35	R\$ 2,94
<i>Carlos Alberto Bezerra Jr.</i>	38.107	R\$ 135.389,58	R\$ 3,55
<i>Ademir da Guia</i>	27.541	R\$ 130.055,90	R\$ 4,72
<i>Carlos Alberto Giannasi</i>	41.039	R\$ 118.883,58	R\$ 2,90
<i>Marcos Antonio Zerbini</i>	41.488	R\$ 112.182,45	R\$ 2,70
<i>Juscelino Gadelha</i>	25.633	R\$ 107.042,40	R\$ 4,18
<i>Adolfo Quintas</i>	20.908	R\$ 106.408,54	R\$ 5,09
<i>Farhat</i>	44.132	R\$ 104.490,58	R\$ 2,37
<i>Gilson Barreto</i>	55.039	R\$ 99.210,33	R\$ 1,80
<i>Soninha</i>	50.989	R\$ 85.985,03	R\$ 1,69
<i>Wadih Mutran</i>	35.019	R\$ 82.320,40	R\$ 2,35
<i>Adilson Amadeu</i>	28.354	R\$ 78.709,02	R\$ 2,78
<i>Claudio</i>	20.535	R\$ 69.246,00	R\$ 3,37
<i>Jooji Hato</i>	29.182	R\$ 68.959,23	R\$ 2,36
<i>Aurélio Nomura</i>	16.924	R\$ 67.433,36	R\$ 3,98
<i>Aurelio Miguel</i>	38.491	R\$ 63.935,48	R\$ 1,66
<i>Abou Anni</i>	14.521	R\$ 59.084,83	R\$ 4,07
<i>Noemi Nonato</i>	29.029	R\$ 57.852,82	R\$ 1,99
<i>Lenice Lemos</i>	45.295	R\$ 52.656,56	R\$ 1,16

Eleitos	Votação	Receita	Receita/voto
<i>Russomanno</i>	25.225	R\$ 38.520,75	R\$ 1,53
<i>Atilio Francisco</i>	32.813	R\$ 32.001,66	R\$ 0,98
<i>Jorge Borges</i>	27.596	R\$ 29.840,00	R\$ 1,08
<i>Agnaldo Timóteo</i>	37.336	R\$ 26.700,00	R\$ 0,72

Para os vereadores eleitos, a média do custo do voto foi R\$ 4,16. Entre todos os candidatos, essa média foi R\$ 6,14 (48% mais alta).

Entre os maiores financiadores das campanhas eleitorais para vereador, predominaram as pessoas jurídicas. A principal exceção foi o vereador Carlos Apolinario, que figura como o quinto maior doador. O parlamentar, que doou R\$ 145 mil para a própria campanha, não teve outros financiadores. Na campanha eleitoral de 2006, em que foi candidato a governador pelo PDT, usou R\$ 469.233,34 de seu próprio bolso para financiar a sua campanha (que só teve outras duas doações, somando pouco mais de R\$ 6 mil). Apolinario também foi candidato a governador de São Paulo em 2002 (desta vez pelo PGT), ocasião em que também financiou praticamente sozinho a própria campanha, contribuindo para ela com R\$ 332.918,83.

Em seguida, os quatro maiores doadores empresariais a candidatos a vereador na campanha de 2004 em São Paulo e os candidatos financiados. Na última linha de cada tabela é representada a “eficiência” do financiamento, tanto em termos da porcentagem de candidatos financiados que foram eleitos quanto em termos da porcentagem doada a eleitos sobre o total financiado.

Associação Imobiliária Brasileira (AIB)			
<i>Joaldo Alves de Aquino</i>	PTB	Não Eleito	R\$ 60.000,00
<i>João Antonio da Silva Filho</i>	PT	Eleito	R\$ 60.000,00
<i>Arselino Roque Tatto</i>	PT	Eleito	R\$ 30.000,00
<i>Luiz Paulo Teixeira Ferreira</i>	PT	Eleito	R\$ 30.000,00
<i>José Ricardo Franco Montoro</i>	PSDB	Eleito	R\$ 20.000,00
<i>Domingos Odone Dissei</i>	PFL	Eleito	R\$ 17.000,00
<i>Nabil Georges Bonduki</i>	PT	Suplente	R\$ 12.000,00
<i>Lucila Pizani Gonçalves</i>	PT	Suplente	R\$ 10.000,00
<i>Gilberto Tanos Natalini</i>	PSDB	Eleito	R\$ 10.000,00
<i>Dalton Silvano do Amaral</i>	PSDB	Eleito	R\$ 10.000,00
<i>José Rogério Shkair Farhat</i>	PTB	Eleito	R\$ 10.000,00
<i>Eduardo Anastasi</i>	PP	Suplente	R\$ 10.000,00
<i>Ricardo Augusto de Oliveira Mesquita</i>	PPS	Suplente	R\$ 6.000,00
<i>João Carlos da Silva Martins</i>	PPS	Suplente	R\$ 6.000,00
Total			R\$ 291.000,00
Eficiência		57%	64%

O cadastro da AIB na Receita Federal descreve-a como tendo “atividades de associações de defesa de direitos sociais”. A entidade situa-se na avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2344, 8º andar, São Paulo-SP. A AIB não tem sítio de Internet. A Associação financiou candidatos apenas na cidade de São Paulo.

Construtora OAS			
<i>José Américo Ascêncio Dias</i>	PT	Eleito	R\$ 100.000,00
<i>Gilberto Tanos Natalini</i>	PSDB	Eleito	R\$ 60.000,00
<i>José Aníbal Peres de Pontes</i>	PSDB	Eleito	R\$ 50.000,00

Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	Eleito	R\$ 30.000,00
Olívio Pires Pitta	PT	Suplente	R\$ 15.000,00
Claudete Alves da Silva Souza	PT	Eleita	R\$ 15.000,00
José Ricardo Franco Montoro	PSDB	Eleito	R\$ 10.000,00
Total			R\$ 280.000,00
Eficiência		86%	95%
Ripasa S/A – Celulose e Papel			
Antonio Goulart dos Reis	PMDB	Eleito	R\$ 77.794,58
Francisco Macena da Silva	PT	Eleito pela legenda	R\$ 56.872,89
Carlos Alberto Pletz Neder	PT	Suplente	R\$ 11.642,26
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	Eleito	R\$ 10.036,39
Antonio Erasmo Dias	PP	Suplente	R\$ 8.363,00
Zacarias Sampaio Camelo	PSDB	Suplente	R\$ 8.000,00
Nabil Georges Bonduki	PT	Suplente	R\$ 6.325,96
Odilon Guedes Pinto Junior	PT	Suplente	R\$ 6.316,10
Lucila Pizani Gonçalves	PT	Suplente	R\$ 6.291,04
Sidney Lance	PV	Suplente	R\$ 5.000,00
Álvaro Aoas	PT	Suplente	R\$ 3.321,13
Antonio Carlos Rodrigues	PL	Eleito	R\$ 2.973,75
Total			R\$ 202.937,10
Eficiência		33%	73%
Refrigerantes D'Oeste Ltda			
Ariovaldo Bracco Junior	PDT	Suplente	R\$ 100.000,00
Juscelino José Ataliba Antonio Gadelha	PSDB	Eleito	R\$ 30.000,00
Marcos Antonio Zerbini	PSDB	Eleito	R\$ 20.000,00
Dalton Silvano do Amaral	PSDB	Eleito	R\$ 10.000,00
José Police Neto	PSDB	Eleito	R\$ 10.000,00
Zacarias Sampaio Camelo	PSDB	Suplente	R\$ 10.000,00
Ricardo Teixeira	PSDB	Suplente	R\$ 10.000,00
Total			R\$ 190.000,00
Eficiência		57%	37%

O cadastro desta empresa na Receita Federal dá conta de que seu nome fantasia é "Coca Cola e Fanta" e que foi incorporada por outra empresa, não especificada.

Muitas empresas fizeram doações a mais de um candidato, mas alguns casos chamam a atenção, ainda que o montante total doado não tenha sido tão alto. A Eletromídia Comercial, por exemplo, contribuiu com o financiamento da campanha de 21 candidatos – dos quais 17 foram eleitos. A Veículos Publicidade, por sua vez, financiou parte da campanha de 17 candidatos; sua eficiência também foi alta, pois 14 deles conquistaram uma cadeira na Câmara Municipal.

Exemplos como esses foram comuns no setor de comunicação: Publicidade Kilmes, Espaço Tecnológico Visual, Exibição Propaganda e Colagem Propaganda foram outras empresas que doaram para vários candidatos, em sua maioria bem sucedidos nas eleições.

Uma característica importante no perfil de doações diz respeito ao peso de cada doação no total geral recebido pelo candidato. Quanto mais a doação de uma empresa representa no montante total arrecadado pelo candidato, mais este “deve” àquele doador.

A tabela seguinte descreve os vereadores em exercício que receberam mais de 25% de suas doações de uma única empresa (ou duas, como em dois casos):

Vereador	Doador	Parcela da receita total	Montante
<i>Adílson Amadeu (PTB)</i>	Sodesp Org. Despachos Ltda.	61,82%	R\$ 48.659,02
<i>Agnaldo Timóteo (PR)</i>	Confederação Brasileira de Futebol	37,45%	R\$ 10.000,00
<i>Atílio Francisco (PRB)</i>	Estúdio 4 Cópias e Serviços ME1	31,25%	R\$ 10.000,00
<i>Aurélio Miguel (PR)</i>	Fernando de Souza Comércio de Pescados Ltda.	27,75%	R\$ 17.744,80
<i>Aurélio Nomura (PV)</i>	Fosfertil - Fertilizantes Fosfatados S/A	44,49%	R\$ 30.000,00
<i>Claudete Alves (PT)</i>	EGL Empreendimentos Gerais Ltda.	73,74%	R\$ 100.000,00
<i>Francisco Chagas (PT)</i>	Biosintética Farmacêutica Ltda.	26,33%	R\$ 50.000,00
<i>João Antonio (PT)</i>	AIB - Associação Imobiliária Brasileira	28,88%	R\$ 60.000,00
<i>João Américo (PT)</i>	Construtora OAS Ltda.	35,18%	R\$ 100.000,00
<i>José Rolim (PSDB)</i>	ETEP - Estudos Técnicos e Projetos Ltda.	33,45%	R\$ 10.000,00
<i>Juscelino Gadelha (PSDB)</i>	CVW Construtora e Des. Urbano Ltda.	32,70%	R\$ 35.000,00
	Refrigerantes D'Oeste Ltda.	28,03%	R\$ 30.000,00
<i>Natalini (PSDB)</i>	Construtora OAS Ltda.	39,74%	R\$ 60.000,00
<i>Ricardo Teixeira (PSDB)</i>	Construcap CCPS S/A	35,29%	R\$ 30.000,00
<i>Roberto Tripoli (PV)</i>	Vincunha Têxtil S/A	29,67%	R\$ 77.760,00
<i>Russomanno (PP)</i>	Pavaro Comércio de Roupas Ltda.	25,96%	R\$ 10.000,00
	Álvaro Jabur Maluf Júnior	25,96%	R\$ 10.000,00
<i>Toninho Paiva (PR)</i>	Centerleste Empreendimentos Comerciais Ltda.	36,74%	R\$ 89.430,00

Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Por Rodolfo Vianna

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro é integrada por 50 vereadores. A Casa publica na Internet informações a respeito de presenças de seus integrantes nas sessões plenárias, mas não divulga a assiduidade dos parlamentares nas reuniões de comissões temáticas. A Casa tampouco presta informações relativas ao uso que os vereadores fazem da cota mensal de selos e de gasolina a que têm direito.

O orçamento para 2008 da Câmara do Rio de Janeiro é de R\$ 298.412.193,00. Dividindo-se esse número pela quantidade de vereadores, atinge-se o montante de R\$ 5.968.243,86. Isso é o que cada mandato de vereador custa aos cofres municipais, sendo o mais alto em comparação com todas as outras Câmaras de capitais brasileiras.

Dividindo-se o total dos gastos com a Câmara pela população da cidade, o número resulta em R\$ 48,97. Esse é o montante com que cada carioca arca anualmente para manter a sua Casa Legislativa.

Recursos mensais

Ninguém na assessoria de imprensa, no departamento financeiro, na diretoria-geral ou na assessoria da presidência da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro informou quanto é o salário de um vereador e o montante de outros auxílios que recebe quando do exercício do cargo – informações estas que deveriam ser públicas, mas que não são encontradas no sítio de Internet da Câmara. Para obtê-las, foi requisitado ofício endereçado ao presidente da Casa, o qual, conforme informado, analisaria o pedido quando retornasse de licença. Na ausência de resposta, a Transparência Brasil recorreu ao vereador Eliomar Coelho, que informou os dados.

Um vereador carioca recebe salário de R\$ 9.288,00. Cada vereador tem direito a 4 mil selos e vale-combustível no montante de R\$ 500,00 por mês. Os vereadores não gozam de verbas indenizatórias, mas podem contratar 20 assessores com salários pagos pela Casa legislativa. Isso representa um gasto de aproximadamente R\$ 70 mil por mês por parlamentar. Além desses montantes, cada vereador tem direito também a um salário extra no início do ano.

Ocorrências na Justiça

Dos 50 vereadores cariocas, seis (ou 12% do total) apresentam ocorrências na Justiça ou Tribunais de Contas. Entre eles, a maioria (quatro) responde a irregularidades na esfera da Justiça Eleitoral. São eles: Adilson Pires, Jorginho da SOS, Teresa Bergher e Verônica Costa, que tiveram suas prestações de contas de campanha rejeitadas nos pleitos assinalados:

Adilson Pires – campanha a vereador em 1996;

Jorginho da SOS – campanha a deputado estadual em 2002;

Teresa Bergher – campanha a deputada estadual em 2002;

Verônica Costa – campanha a deputada estadual em 2002.

Dois vereadores apresentam ocorrências de outras naturezas. O vereador Jerominho responde a denúncia no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro por formação de quadrilha e bando armado, referente ao seu suposto envolvimento com as milícias cariocas. Seu irmão, o deputado estadual

Natalino, também é denunciado nesse mesmo processo. O vereador Nadinho do Rio das Pedras responde a denúncia, em primeira instância, por homicídio; ele seria o mandante do assassinato de um inspetor, motivado por desavenças políticas.

Composição por partidos

No momento em que debate sobre fidelidade partidária está em foco, é importante o levantamento sobre o número de parlamentares que abandonaram o partido pelo qual foram eleitos. Nessa análise não se considerou o troca de nome de legenda, como no caso do PFL para DEM, e nem de fusão de partidos, como no caso do PL e do PRONA para o PR.

Ao todo, 14 vereadores estão em partidos diferentes daqueles pelos quais se elegeram, representando uma porcentagem de 28% do total de parlamentares do legislativo carioca.

Abaixo, uma tabela sobre a composição das bancadas eleitas e outro sobre a composição partidária atual da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (em 31.mai.2008). Em vermelho, as bancadas que sofreram as maiores alterações.

Partido	Bancadas eleitas	Bancadas atuais
<i>PFL/DEM</i>	14	14
<i>PMDB</i>	6	7
<i>PSDB</i>	4	6
<i>PR</i>	4	4
<i>PSB</i>	0	3
<i>PDT</i>	3	3
<i>PSC</i>	3	3
<i>PP</i>	2	2
<i>PSOL</i>	0	1
<i>PTC</i>	0	1
<i>PCdoB</i>	1	1
<i>PV</i>	1	1
<i>PPS</i>	2	1
<i>PT</i>	2	1
<i>PT do B</i>	2	1
<i>PTB</i>	4	1
<i>PRTB</i>	2	0

O partido que mais perdeu representatividade ao longo da legislatura foi o PTB, que de quatro vereadores eleitos passou para apenas um. O PRTB, que chegou a eleger dois vereadores, não mais possui representação na casa.

O partido que mais ganhou representantes foi o PSB, que em 2004 não elegeu nenhum vereador, mas passou a ter três representantes na Casa. Em seguida está o PSDB, que saltou de uma bancada de quatro vereadores para seis. O PSOL (que em 2004 ainda não existia formalmente) e o PTC partiram do zero para um vereador cada.

Esses dados não exibem completamente a variação de representatividade política dos partidos na Câmara, já que o troca-troca partidário foi maior. O PFL/DEM, por exemplo, chegou a perder das suas fileiras três vereadores, mas compensou isso com o ingresso de outros três. A tabela seguinte lista os vereadores que trocaram de partido.

Vereador	Partido eleito	Partido atual
<i>João Cabral</i>	PRTB	DEM
<i>Jorge Mauro</i>	PRTB	DEM
<i>Jorginho da SOS</i>	PTdoB	DEM
<i>Dr. Carlos Eduardo</i>	PP	PSB
<i>Rogério Bittar</i>	PPS	PSB
<i>Rubens Andrade</i>	PSC	PSB
<i>Patrícia Amorim</i>	PFL	PSDB
<i>Teresa Bergher</i>	PFL	PSDB
<i>Charbel Zaib</i>	PTB	PDT
<i>Jorge Felipe</i>	PFL	PMDB
<i>Carlos Bolsonaro</i>	PTB	PP
<i>Alberto Salles</i>	PDT	PSC
<i>Renato Moura</i>	PTB	PTC

Bancadas

O projeto Excelências relaciona parlamentares com grupos de interesse, classificando-os em “bancadas”. Através dos perfis disponíveis dos atuais parlamentares pode-se chegar à seguinte composição:

Bancada	Nº de vereadores	% do total
<i>Evangélicos</i>	4	8%
<i>Sindicalistas</i>	4	8%
<i>Policiais</i>	1	2%

Os vereadores Dr. Nelson Ferreira, Liliam Sá, Pastora Márcia Teixeira e Théo Silva são evangélicos. São sindicalistas os vereadores Eliomar Coelho, Roberto Monteiro, S. Ferraz e Stepan Nercessian. Por fim, o vereador Jerominho é policial civil.

Ocorrências no Deu no Jornal

O banco de dados do projeto Deu no Jornal (projeto da Transparência Brasil que recolhe matérias jornalísticas sobre corrupção) dá conta de que dos vereadores cariocas, dez (20% do total) tiveram publicadas reportagens por possível envolvimento em casos de corrupção ou outras irregularidades.

A maioria das ocorrências noticiadas se refere à contratação de parentes em gabinetes (nepotismo). Ao menos cinco vereadores (10%) contam, ou já contaram, com parentes pagos às custas do erário, segundo a imprensa. São eles: Carlo Caiado, Jorge Felipe, Pastora Márcia Teixeira, S. Ferraz e Cristiane Brasil.

Os outros cinco citados no noticiário são os vereadores Sami Jorge (por suposta irregularidade em concessão pública de um restaurante), Chiquinho Brazão (por suposta participação em esquema conhecido por “Máfia dos Combustíveis”), Jorge Pereira (repasse de recursos a ONG que fundou), Jerominho (sobre o processo que responde por formação de quadrilha e suposto envolvimento com as milícias) e Nadinho do Rio das Pedras (também sobre o processo que responde por homicídio).

Relação familiar com outros políticos

Dos dados pessoais coletados sobre os vereadores, através dos perfis que disponibiliza a página da Câmara do Rio de Janeiro ou coletados em matérias de jornal, foi possível identificar ao menos dez vereadores parentes de políticos ou de ex-políticos, nada menos que 20% do total de parlamentares.

Abaixo, a relação dos parlamentares e seus respectivos laços de família (os dados coletados sobre parentesco foram os disponíveis através dos perfis dos vereadores no sítio da Câmara de Vereadores ou em citações em reportagens jornalísticas; o número, portanto, pode ser maior):

Vereador	Parentesco
<i>Cristiane Brasil</i>	Filha de Roberto Jefferson (ex-dep. federal) e casada com Marcus Vinícius (dep. estadual)
<i>Rosa Fernandes</i>	Filha de Pedro Fernandes e mãe de Pedro Fernandes Neto (ambos ex-dep. estaduais)
<i>Carlos Bolsonaro</i>	Filho de Jair Bolsonaro (dep. federal)
<i>Rogério Bittar</i>	Filho de Ricardo Bittar (ex-secretário estadual)
<i>Dr. Jairinho</i>	Filho do Coronel Jairo (dep. estadual)
<i>Chiquinho Brazão</i>	Irmão de Domingos Brazão (dep. estadual)
<i>Jerominho</i>	Irmão de Natalino (dep. estadual)
<i>Jorge Pereira</i>	Marido de Graça Pereira (dep. estadual)
<i>Renato Moura</i>	Marido de Eliana Ribeiro (ex-dep. estadual)
<i>Nereide Pedregal</i>	Mulher de Antonio Pedregal (dep. estadual).

Presença dos vereadores em plenário

Dos poucos dados disponibilizados pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro para acompanhamento da atividade parlamentar está a presença em sessão plenárias.

Dentre as 99 sessões (de abril de 2007 a maio de 2008) sobre as quais há dados disponíveis, os vereadores faltaram em média a 21% delas. Os cinco mais faltosos não compareceram em média a 48% das sessões. O campeão, vereador Jorge Pereira, chegou a faltar em quase duas de cada três sessões realizadas (63%).

A média de ausências dos dez deputados mais faltosos foi de 40% das sessões. Abaixo, seus nomes e frequências (a Câmara não disponibiliza a diferenciação das faltas justificadas e não justificadas):

Vereador	Partido	Sessões	Faltas	%
Jorge Pereira	PT do B	99	62	63%
Jerominho	PMDB	99	53	54%
Renato Moura	PTC	99	42	42%
Dr. Jairinho	PSC	99	41	41%
Théo Silva	PMDB	99	38	38%
Charbel Zaib	PDT	99	37	37%
Liliam Sá	PR	99	34	34%
Wilson Leite Passos	PP	99	32	32%
Cristiane Brasil	PTB	99	32	32%
Andrea Gouvêa Vieira	PSDB	99	31	31%

Os vereadores que menos faltaram foram:

Vereador	Partido	Sessões	Faltas	%
Wanderley Mariz	DEM	15	0	0%
Teresa Bergher	PSDB	99	1	1%
Patrícia Amorim	PSDB	99	2	2%
Adilson Pires	PT	99	5	5%
Dr. Carlos Eduardo	PSB	99	6	6%
Luiz André Deco	PR	99	6	6%
Roberto Monteiro	PCdoB	99	8	8%
Carlos Bolsonaro	PP	99	9	9%
Carlo Caiado	DEM	99	10	10%
Eliomar Coelho	PSOL	99	10	10%
Aloisio Freitas	DEM	99	11	11%

A distribuição de faltas por partidos políticos foi:

Partido	Média
PT do B*	63%
PTC*	42%
PTB*	32%
PMDB	28%
PV*	28%
PDT	26%
PSC	26%
PR	23%
PP	21%
PSDB	18%
DEM	15%
PSB	15%

Partido	Média
PPS*	12%
PSOL*	10%
PC do B*	8%
PT*	5%

* Partidos com apenas um vereador

Financiamento eleitoral - 2004

Com base nos dados do projeto Às Claras, da Transparência Brasil (www.asclaras.org.br), verifica-se que o total de arrecadação dos 1110 candidatos a vereador do Rio de Janeiro foi de quase R\$ 12.872.051,00. A média de arrecadação por candidato foi de R\$ 24.471,58. Foram excluídos para o cálculo de média de custo de campanha os vereadores que declararam que nada arrecadaram, como também aqueles que não apresentaram declarações à Justiça Eleitoral.

Da mesma forma como se verifica nas eleições de todos os níveis e esferas, o montante arrecadado pelos candidatos é altamente determinante para a probabilidade de o indivíduo ser eleito. O gráfico abaixo mostra a relação entre receitas e votos para os candidatos que concorreram à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 2004 (fonte: projeto Às Claras):



Dos 50 candidatos eleitos no Rio de Janeiro, 34 declararam arrecadação superior a R\$ 50 mil. A média de arrecadação dos eleitos foi de R\$ 134.596,84, enquanto a média dos demais foi de apenas R\$ 12.849,78.

Por esse cálculo, o custo médio do voto dos vereadores eleitos e do total dos candidatos fica na casa dos R\$ 6; para os eleitos, o custo médio é de R\$ 6,06 e, para os não eleitos, a quantia é R\$ 6,31.

O custo médio de cada voto recebido pelos vereadores que se elegeram é ligeiramente menor que o do conjunto dos candidatos. Porém, a média de arrecadação das campanhas dos que conseguiram uma cadeira na Câmara é muito superior. O total da arrecadação dos 50 vereadores eleitos foi de R\$ 6.729.842,15, o que corresponde a aproximadamente a 53% do total arrecadado nas eleições de 2004 entre os que disputaram a vereança carioca.

Abaixo, segue tabela com todos os 50 vereadores eleitos, suas respectivas votações, receitas e média de custo dos votos, ordenados da maior para a menor arrecadação.

Eleitos	Votação	Receita	Receita/votos
<i>Andrea Gouvêa Vieira</i>	17.819	R\$ 819.300,00	R\$ 45,98
<i>Aspásia Camargo</i>	15.291	R\$ 732.292,00	R\$ 47,89
<i>Antonio Índio da Costa</i>	58.781	R\$ 518.100,82	R\$ 8,81
<i>Cristiane Brasil</i>	13.315	R\$ 399.984,86	R\$ 30,04
<i>Théo Silva</i>	21.851	R\$ 364.852,28	R\$ 16,70
<i>Luiz Antonio Guaraná</i>	21.009	R\$ 312.050,00	R\$ 14,85
<i>Fernando Gusmão</i>	36.434	R\$ 240.900,19	R\$ 6,61
<i>Jorge Mauro</i>	19.573	R\$ 214.442,20	R\$ 10,96
<i>Carlos Daudt Brizola</i>	24.198	R\$ 207.107,00	R\$ 8,56
<i>Luiz Carlos Ramos</i>	24.102	R\$ 206.633,44	R\$ 8,57
<i>Dionisio de Souza Lins</i>	36.788	R\$ 205.212,31	R\$ 5,58
<i>Rosa Fernandes</i>	99.943	R\$ 181.760,00	R\$ 1,82
<i>Alexandre Cerruti</i>	38.343	R\$ 150.633,58	R\$ 3,93
<i>Jorge Pereira</i>	44.497	R\$ 132.649,00	R\$ 2,98
<i>Edson Santos de Souza</i>	44.585	R\$ 123.308,24	R\$ 2,77
<i>Luiz Humberto</i>	20.635	R\$ 121.542,00	R\$ 5,89
<i>Carlo Caiado</i>	23.790	R\$ 117.475,00	R\$ 4,94
<i>Teresa Bergher</i>	29.346	R\$ 103.940,12	R\$ 3,54
<i>Lucinha</i>	67.073	R\$ 90.807,96	R\$ 1,35
<i>Ivan Moreira dos Santos</i>	31.865	R\$ 90.500,00	R\$ 2,84
<i>Sami Jorge</i>	17.433	R\$ 89.367,00	R\$ 5,13
<i>Leila do Flamengo</i>	24.970	R\$ 84.172,34	R\$ 3,37
<i>Aloisio Freitas</i>	20.674	R\$ 78.840,00	R\$ 3,81
<i>Stepan Necessian</i>	26.644	R\$ 75.700,00	R\$ 2,84
<i>João Cabral</i>	19.661	R\$ 74.520,00	R\$ 3,79
<i>Eliomar Coelho</i>	18.296	R\$ 74.050,88	R\$ 4,05
<i>Jorge Luis Hauat</i>	24.532	R\$ 73.045,03	R\$ 2,98
<i>Chiquinho Brazão</i>	28.710	R\$ 69.488,00	R\$ 2,42
<i>Paulo Cerri</i>	23.381	R\$ 63.450,00	R\$ 2,71
<i>Jorge Felipe</i>	24.965	R\$ 55.719,24	R\$ 2,23
<i>Liliam Sá</i>	24.282	R\$ 55.651,00	R\$ 2,29
<i>Jorginho da SOS</i>	23.790	R\$ 55.200,00	R\$ 2,32
<i>Dr. Jairinho</i>	23.941	R\$ 55.100,00	R\$ 2,30
<i>Verônica Costa</i>	29.438	R\$ 52.420,07	R\$ 1,78
<i>Patrícia Amorim</i>	23.036	R\$ 47.545,40	R\$ 2,06
<i>Marcelino Antônio D Almeida</i>	33.657	R\$ 42.000,00	R\$ 1,25
<i>Adilson Soares</i>	15.395	R\$ 41.252,00	R\$ 2,68
<i>Carlos Bolsonaro</i>	22.355	R\$ 34.500,00	R\$ 1,54
<i>Dr. Carlos Eduardo</i>	10.586	R\$ 30.499,00	R\$ 2,88
<i>Nereide Pedregal</i>	15.468	R\$ 30.100,00	R\$ 1,95
<i>Márcio Pacheco</i>	16.525	R\$ 27.800,00	R\$ 1,68
<i>Adelino Simões e Souza</i>	11.267	R\$ 27.612,96	R\$ 2,45
<i>Rubens Andrade</i>	12.570	R\$ 26.960,00	R\$ 2,14

Eleitos	Votação	Receita	Receita/votos
Pastora Marcia Teixeira	10.255	R\$ 26.367,00	R\$ 2,57
S. Ferraz	24.013	R\$ 25.714,00	R\$ 1,07
Renato Moura	14.419	R\$ 24.587,50	R\$ 1,71
Argemiro Pimentel	21.863	R\$ 23.032,00	R\$ 1,05
Jerominho	33.373	R\$ 15.455,00	R\$ 0,46
Nadinho de Rio das Pedras	34.764	R\$ 14.500,00	R\$ 0,42
Suely Santana da Silva	6.827	R\$ 1.702,73	R\$ 0,25

As duas vereadoras do Rio de Janeiro líderes de arrecadação no município (Andrea Gouvêa Vieira e Aspásia Camargo) foram também as líderes nacionais.

Em seguida, os dez maiores doadores a candidatos a vereador na campanha de 2004 no Rio de Janeiro e os candidatos financiados. Na última linha de cada tabela é representada a “eficiência” do financiamento, tanto em termos da porcentagem de candidatos financiados que foram eleitos quanto em termos da porcentagem doada a eleitos sobre o total financiado. Dessas dez empresas, sete são ligadas à construção civil ou à incorporação de imóveis. A maioria delas teve “eficiência” alta.

Delta Construções S/A			
Theófilo Guedes Francisco da Silva	PMDB	Eleito pela legenda	R\$ 182.057,28
Total			R\$ 182.057,28
Eficiência		100%	100%
Sicpa Brasil Ind. Tintas e Sistemas Ltda			
Antônio Pitanga Luiz Sampaio	PT	Suplente	R\$ 180.000,00
Total			R\$ 180.000,00
Eficiência		0%	0%
<i>Pitanga é marido da ex-governadora e ex-ministra Benedita da Silva, atual secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.</i>			
Carvalho Hosken S/A Eng. e Construções			
Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo	PV	Eleita pela legenda	R\$ 130.000,00
Luiz Antonio Chispim Guaraná	PSDB	Eleito	R\$ 20.000,00
José Wilson Cordeiro De Sousa	PMDB	Suplente	R\$ 10.000,00
Total			R\$ 160.000,00
Eficiência		67%	94%
Klabin S/A			
Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo	PV	Eleita pela legenda	R\$ 40.000,00
Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa	PFL	Eleito	R\$ 30.000,00
Antonio Pedro Viegas Figueira de Mello	PSDB	Suplente	R\$ 20.000,00
Stepan Nercessian	PPS	Eleito	R\$ 20.000,00
Andrea de Lima Gouvêa Vieira	PSDB	Eleita pela legenda	R\$ 20.000,00
João Carlos Martins	PMDB	Suplente	R\$ 15.000,00
João Carlos de Souza Elias	PP	Suplente	R\$ 6.000,00
Total			R\$ 151.000,00
Eficiência		57%	73%

Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga			
<i>Andrea de Lima Gouvêa Vieira</i>	PSDB	Eleita pela legenda	R\$ 30.000,00
<i>Luiz Carlos Ramos</i>	PSDB	Eleito	R\$ 30.000,00
<i>Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa</i>	PFL	Eleito	R\$ 20.000,00
<i>Rodrigo Bethlem Fernandes</i>	PMDB	Suplente	R\$ 15.000,00
<i>Lucia Helena Pinto de Barros</i>	PSDB	Eleita	R\$ 10.000,00
<i>Carlos Daudt Brizola</i>	PDT	Eleito	R\$ 10.000,00
<i>Arthur Marcelo Guimarães Carvalho</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Carmen Lucia de Mesquita Sampaio</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Hildebrando Gonçalves Rodrigues</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Mauro Aragão Figueiredo Abranches</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Narjara Aparecida Turetta</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Angela Rosa Bragião Ferreira</i>	PSDB	Suplente	R\$ 2.000,00
	Total		R\$ 142.000,00
	Eficiência	42%	70%
Aurizonia Empreendimentos S/A			
<i>Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo</i>	PV	Eleita pela legenda	R\$ 126.000,00
<i>Antonio Pitanga Luiz Sampaio</i>	PT	Suplente	R\$ 10.000,00
	Total		R\$ 136.000,00
	Eficiência	50%	93%
Option de Investimentos Imobiliários Ltda			
<i>Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo</i>	PV	Eleita pela legenda	R\$ 50.000,00
<i>Maria Teresa Bergher</i>	PFL	Eleita	R\$ 40.000,00
<i>Rodrigo Bethlem Fernandes</i>	PMDB	Suplente	R\$ 40.000,00
<i>Luis Eduardo Tedesco</i>	PL	Suplente	R\$ 5.000,00
	Total		R\$ 135.000,00
	Eficiência	50%	67%
Brascan Imobiliária Incorporações S/A			
<i>Esmeraldo Alves Fontes Filho</i>	PSB	Não Eleito	R\$ 40.000,00
<i>Luiz Antonio Chrispim Guaraná</i>	PSDB	Eleito	R\$ 35.000,00
<i>Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo</i>	PV	Eleita pela legenda	R\$ 25.000,00
<i>Maria Teresa Bergher</i>	PFL	Eleita	R\$ 15.000,00
<i>Romualdo Inácio Silveira Boaventura</i>	PFL	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Célio César Lupporelli Faria</i>	PFL	Suplente	R\$ 5.000,00
<i>Paulo Roberto Cerri Costa</i>	PFL	Eleito	R\$ 5.000,00
	Total		R\$ 130.000,00
	Eficiência	57%	62%
Canindé de Investimentos Imobiliários Ltda.			
<i>Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa</i>	PFL	Eleito	R\$ 40.000,00
<i>Luiz Antonio Chrispim Guaraná</i>	PSDB	Eleito	R\$ 40.000,00
<i>Miriam Oliveira Teixeira</i>	PFL	Suplente	R\$ 10.000,00
<i>Antonio Pedro Viegas Figueira De Mello</i>	PSDB	Suplente	R\$ 10.000,00

<i>Patricia Amorim Sihman</i>	PFL	Eleita	R\$ 5.000,00
<i>Átila Nunes Pereira Neto</i>	PFL	Suplente	R\$ 5.000,00
Total			R\$ 110.000,00
Eficiência		50%	77%
Renasce - Rede Nacional de Shopping Centers Ltda.			
<i>Cristiane Brasil Francisco</i>	PTB	Eleita pela legenda	R\$ 50.000,00
<i>Luiz Antonio Chrispim Guaraná</i>	PSDB	Eleito	R\$ 35.000,00
<i>Maria Teresa Bergher</i>	PFL	Eleita	R\$ 20.000,00
Total			R\$ 105.000,00
Eficiência		100%	100%

Os candidatos eleitos financiados por essas empresas arrecadaram delas um total de cerca de R\$ 1 milhão. A tabela seguinte dá a distribuição dessas doações, ordenadas pela quantidade de doadores que contribuiu para cada vereador eleito. Na última coluna, a porcentagem do montante total proveniente desse grupo de empresas que coube a cada um deles.

Nome	Receitas	Número de doadores	%
<i>Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo</i>	R\$ 371.000,00	5	36,1%
<i>Luiz Antonio Chrispim Guaraná</i>	R\$ 130.000,00	4	12,6%
<i>Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa</i>	R\$ 90.000,00	3	8,8%
<i>Maria Teresa Bergher</i>	R\$ 75.000,00	3	7,3%
<i>Andrea de Lima Gouvêa Vieira</i>	R\$ 50.000,00	2	4,9%
<i>Theófilo Guedes Francisco da Silva</i>	R\$ 182.057,28	1	17,7%
<i>Cristiane Brasil Francisco</i>	R\$ 50.000,00	1	4,9%
<i>Luiz Carlos Ramos</i>	R\$ 30.000,00	1	2,9%
<i>Stepan Nercessian</i>	R\$ 20.000,00	1	1,9%
<i>Carlos Daudt Brizola</i>	R\$ 10.000,00	1	1,0%
<i>Lucia Helena Pinto de Barros</i>	R\$ 10.000,00	1	1,0%
<i>Patricia Amorim Sihman</i>	R\$ 5.000,00	1	0,5%
<i>Paulo Roberto Cerri Costa</i>	R\$ 5.000,00	1	0,5%
Total	R\$ 1.028.057,28		

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Por Juliana Sakai

A Câmara Municipal de Belo Horizonte é integrada por 41 vereadores. O orçamento para 2008 da Casa é de R\$ 113.010.752,00. Dividindo esse número pela quantidade de vereadores, atinge-se o montante de R\$ 2.756.359,80. Isso é o que cada mandato de vereador custa aos cofres municipais. Por outro lado, dividindo o total dos gastos com a Câmara pela população da cidade, o número resulta em R\$ 46,84. Esse é o montante com que cada belo-horizontino arcará este ano para manter a sua Casa Legislativa, que figura como a oitava mais cara por habitante entre as 26 câmaras municipais de capitais brasileiras. Em relação a 2007, o orçamento da Casa teve um reforço de 22%, frente a 4,5% de taxa oficial de inflação. Foi o quarto maior reajuste orçamentário entre as câmaras de capitais, ficando atrás de Goiânia, João Pessoa e Salvador.

Recursos mensais

Cada parlamentar de Belo Horizonte recebe mensalmente um salário de R\$ 9.822,05. Além dessa quantia, os edis belo-horizontinos dispõem de verbas extras, que totalizam R\$ 64.202,67 ao mês e, no caso do presidente da Casa, R\$ 88.440,61.

Quantias disponíveis por parlamentar	
Salário	R\$ 9.288,05
Verba de gabinete	R\$ 32.640,39
Outros servidores*	R\$ 7.274,23
Verba indenizatória	R\$ 15.000,00
Total	R\$ 64.202,67

* Para contratação de chefe de gabinete, atendente e auxiliar legislativo.

A verba de gabinete é destinada à contratação de 15 “assessores”. Já a rubrica “outros servidores” se refere à contratação obrigatória de três funcionários: cada vereador deve ter um chefe de gabinete, um atendente e um auxiliar legislativo. Os dois montantes somam R\$ 39.914,62, quantia que, no caso do presidente da Câmara, se eleva para R\$ 51.449,20.

Há ainda a chamada “verba indenizatória”, alegadamente para despesas com a atividade parlamentar, e que é recolhida por cada um deles contra a apresentação de recibos (daí a “indenização”). Essa quantia é de R\$ 15.000,00 para gastos diversos:

Composição da verba indenizatória	
Transporte, veículo, combustível	R\$ 6.000,00
Material e serviço de escritório	R\$ 5.923,50
Postagem	R\$ 1.399,50
Copa interna	R\$ 996,00
Telecomunicação	R\$ 645,00
Periódicos	R\$ 36,00

É notável observar o montante que cada vereador pode reivindicar por conta de “transporte, veículo, combustível” – R\$ 6 mil por mês. O preço médio do litro da gasolina no Brasil é R\$ 2,52. Um automóvel de porte médio em boas condições roda cerca de 11 quilômetros com um litro de gasolina. Isso significa que, com R\$ 1, roda-se cerca de 4,4 km. Logo, cada vereador de Belo Horizonte pode rodar até 26.400 quilômetros por mês. Como a área de atuação de vereadores se restringe à cidade, e como nas cidades a velocidade máxima é de 60 km/kh, isso significa que, por mês, caso se considere que o gasto corresponda a um único automóvel (o do vereador), cada representante municipal de Belo Horizonte permanece (ou pode permanecer) durante 440 horas a bordo de seu automóvel, o que dá cerca de 15 horas por dia, todos os dias do mês.

Ocorre que o contribuinte de Belo Horizonte desconhece a maneira como cada vereador se utiliza desses recursos, pagos com dinheiro do orçamento municipal. No sítio de Internet da Câmara de BH não há informações a respeito do uso de verbas indenizatórias. Tampouco se sabe quem são os “assessores” de cada vereador, o que fazem ou onde trabalham. Não só isso, como ainda o sítio de Internet da Câmara de BH também omite dados sobre se os vereadores comparecem ao trabalho no Plenário e nas Comissões.

Processos na Justiça

Três parlamentares belo-horizontinos têm ocorrências na Justiça. Não é possível dizer se algum vereador foi alvo de punições do Tribunal de Contas do estado, já que o sítio de Internet do órgão mineiro não permite a visualização das decisões.

Três vereadores respondem a processos em andamento de execução fiscal no Tribunal Regional Federal referentes ao imposto de renda de pessoa física: Elaine Matozinhos (PTB), Gêra Ornelas (PSB) e Geraldo Félix (PMDB).

Composição partidária e de bancadas

Os resultados das votações de 2004 foram favoráveis ao PT, partido do prefeito da capital mineira, Fernando Pimentel. Com a eleição de sete vereadores, o PT formou a maior bancada na Câmara. Em seguida aparecia o PPS, com quatro cadeiras. No início da legislatura, PL, PSB, PSDB, PTB e PTC ocuparam três cargos de vereadores cada.

Três anos e meio após a posse dos vereadores eleitos em 2004, a bancada petista é ainda maior em relação às outras legendas. Em junho de 2008 o PT detém nove cadeiras na Câmara. PPS, PSB, PMDB, PTN e PHS perderam um vereador cada. PTB e PTC perderam dois dos três parlamentares, enquanto PV e PMN receberam dois novos integrantes em suas bancadas.

Atualmente há quatro vereadores (10%) que assumiram o mandato após o abandono da vaga pelos titulares: Carlúcio Gonçalves, Divino Pereira, Rui Resende e Vinicius Dantas ocupam as cadeiras de Délio Malheiros, Walter Tosta, Vanderlei Miranda e Miguel Corrêa, respectivamente. Essa mudança representou a perda de uma cadeira pelo PPS e pelo PSB, em prol do PT e do PRTB. No entanto, a infidelidade partidária foi a maior causa na mudança das bancadas. Dos vereadores em exercício em junho de 2008, 38% trocaram de partido.

Vereador	Partido eleito	Partido atual
<i>Paulo Lamac</i>	PTN	PT
<i>Silvinho Rezende</i>	PTN	PT
<i>Vinicius Dantas</i>	PPS	PT
<i>Alberto Rodrigues</i>	PL	PV
<i>Reinaldo Lima</i>	PRTB	PV
<i>Hugo Thomé</i>	PHS	PMN
<i>Wellington Magalhães</i>	PAN	PMN
<i>Rui Resende</i>	PSDB	PRTB
<i>Sérgio Silva Balbino</i>	PTC	PRTB
<i>Valdivino de Aquino</i>	PTC	PSDC
<i>Chambarelle</i>	PTB	PRB
<i>Valdir Antero Vieira - Índio</i>	PTB	PTN
<i>Totó Teixeira</i>	PMDB	PR
<i>Maria Lúcia Scarpelli</i>	PT	PC do B

Os 41 vereadores que compõem a Câmara Municipal são integrantes de 19 legendas diferentes. Essa grande quantidade de partidos acaba por gerar “bancadas” de apenas um vereador.

Partido	Bancada eleita	Bancada atual
PT	7	9
PPS	4	3
PL/PR	3	3
PSDB	3	3
PV	1	3
PMN	1	3
PSB	3	2
PDT	2	2
PC do B	1	2
PRTB	1	2
PTB	3	1
PTC	3	1
PHS	2	1
PTN	2	1
PMDB	2	1
PFL/DEM	1	1
PSC	1	1
PRB	0	1
PSDC	0	1
PAN	1	0

No que tange às “bancadas ideológicas”, 12% dos vereadores em atuação identificam-se como evangélicos, a saber: Autair Gomes (PSC), Carlos Henrique (PR), Chambarelle (PRB), Divino Pereira (PMN) e Henrique Braga (PSDB). Outros 12% são sindicalistas: Arnaldo Godoy, Carlão Pereira, Neila Batista, Neusinha Santos e Tarcísio Caixeta (todos do PT). Há ainda 5% de policiais: Elaine Matozinhos (PTB) e Rui Resende (PRTB).

Ocorrências no Deu no Jornal

O banco de dados do projeto Deu no Jornal (projeto da Transparência Brasil que recolhe matérias jornalísticas sobre corrupção) dá conta de que, dos vereadores em atuação da Câmara de Belo Horizonte, 49% são citados. A grande maioria é referente a casos de nepotismo. O jornais noticiaram casos de 15 vereadores (34% do total de vereadores) que contrataram parentes para trabalhar em seus gabinetes: Alberto Rodrigues (PV), Ana Paschoal (PT), Autair Gomes (PSC), Carlos Henrique (PR), Carlúcio Gonçalves (PR), Gêra Ornelas (PSB), Geraldo Félix (PMDB), Henrique Braga (PSDB), Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB), Moamed Rachid (PDT), Reinaldo Lima (PV), Sérgio Ferrara (PDT), Silvinho Rezende (PT), Totó Teixeira (PR) e Valdir Vieira (Índio) (PTN).

Além das ocorrências de nepotismo, houve relato pela imprensa dos seguintes casos envolvendo os vereadores de Belo Horizonte:

- O vereador e pastor Carlos Henrique (PR) teria sido interceptado pela PF transportando por avião R\$ 600 mil em dinheiro e cheques, que, de acordo com o parlamentar, seriam provenientes de doações de fiéis;
- O vereador Chambarelle (PRB) teria utilizado seu gabinete e um assessor, mantidos pela Câmara Municipal, como central de filiação para o seu partido, o PRB, o que caracterizaria uso da máquina;
- O vereador Ronaldo Gontijo (PPS) teria tido brindes apreendidos devido a propaganda eleitoral irregular;
- O vereador Rui Resende (PRTB) teria sido beneficiário de recursos das contas do empresário Marcos Valério para a campanha eleitoral de 1998, conforme constava de lista entregue à CPI do Mensalão;
- O vereador Tarcísio Caixeta (PT) teria ocupado irregularmente vaga de conselheiro da Superintendência de Desenvolvimento da Capital;

Financiamento eleitoral – 2004

Os vereadores eleitos de Belo Horizonte declararam ter recebido o total aproximado de R\$ 1,8 milhão em doações para o financiamento da campanha de 2004. Há uma enorme discrepância entre os valores de cada eleito. Quatro vereadores apresentaram receita superior a R\$ 100 mil, três dos quais foram eleitos pelo PT: Luzia Ferreira (PPS), Maria Lúcia Scarpelli (eleita pelo PT, atualmente PCdoB), Carlão Pereira (PT) e Tarcísio Caixeta (PT).

No outro extremo, há quatro parlamentares que declararam ter recebido financiamento inferior a R\$ 7 mil: Autair Gomes (PSC); Reinaldo Lima (eleito pelo PRTB, atualmente PV), Sílvia Helena Rabelo (R\$5 mil) e Chambarelle (eleito pelo PTB, mas hoje filiado ao PRB).

Repetindo o padrão geral que se observa no Brasil, é forte a relação entre a quantia arrecada na campanha eleitoral e o número de votos obtidos. Isso é visível no gráfico seguinte (fonte: projeto Às Claras, da Transparência Brasil), que representa essa relação para os 1061 candidatos que concorreram à Câmara de BH em 2004:



A média de receitas declaradas entre todos os candidatos foi de R\$ 8.751,00, contra R\$ 44.961,00 entre os eleitos. O que se observa claramente é um gasto muito superior dos candidatos que conseguiram se eleger. Dos 41 vereadores eleitos, 28 declararam receita superior a R\$ 20 mil.

Dividindo-se o montante das receitas pela quantidade de votos obtidos, obtém-se o custo do voto. Entre os candidatos que prestaram conta de suas receitas e despesas, a média dos custos de voto foi de R\$ 6,54. Já entre os eleitos, o custo médio ficou R\$ 6,63.

Na tabela a seguir, encontram-se receitas e custo de voto de todos os candidatos eleitos em 2004, bem como os partidos pelos quais concorreram. Em vermelho, os parlamentares eleitos pela legenda. Note-se que dos dez candidatos que apresentaram menor custo por voto – inferior ou igual a R\$ 2,01 – quatro conseguiram eleger-se pela legenda.

Eleitos	Votação	Receita	Receita/votos
Luzia Ferreira	6508	R\$ 157.039,74	R\$ 24,13
Maria Lúcia Scarpelli	7071	R\$ 106.057,83	R\$ 15,00
Carlão Pereira	8014	R\$ 105.150,06	R\$ 13,12
Tarcísio Caixeta	10697	R\$ 109.968,56	R\$ 10,28
Totó Teixeira	7002	R\$ 71.635,47	R\$ 10,23
Ovídio Teixeira	5454	R\$ 55.580,04	R\$ 10,19
Moamed Rachid	8680	R\$ 83.240,06	R\$ 9,59
Anselmo José Domingos	8887	R\$ 73.673,80	R\$ 8,29
Arnaldo Godoy	9293	R\$ 73.788,56	R\$ 7,94
Neila Batista	8071	R\$ 63.195,30	R\$ 7,83
Elaine Matozinhos	5767	R\$ 44.000,00	R\$ 7,63
Geraldo Félix	7854	R\$ 57.568,00	R\$ 7,33
Paulo Lamac	10712	R\$ 73.697,64	R\$ 6,88
Henrique Braga	8269	R\$ 56.810,00	R\$ 6,87
Preto	8257	R\$ 48.550,00	R\$ 5,88

Eleitos	Votação	Receita	Receita/votos
<i>Wellington Magalhães</i>	3682	R\$ 20.030,00	R\$ 5,44
<i>Valdivino de Aquino</i>	7701	R\$ 41.510,04	R\$ 5,39
<i>Antônio Pinheiro</i>	7569	R\$ 37.465,84	R\$ 4,95
<i>Valdir Antero Vieira - Índio</i>	7944	R\$ 38.765,17	R\$ 4,88
<i>Ronaldo Gontijo</i>	10010	R\$ 43.443,97	R\$ 4,34
<i>Neusinha Santos</i>	16226	R\$ 69.448,56	R\$ 4,28
<i>Alexandre José Gomes</i>	7539	R\$ 31.511,23	R\$ 4,18
<i>Hugo Thomé</i>	5449	R\$ 22.450,00	R\$ 4,12
<i>Fred Costa</i>	4247	R\$ 15.925,00	R\$ 3,75
<i>Sérgio Ferrara</i>	12567	R\$ 45.116,78	R\$ 3,59
<i>Elias Murad</i>	20142	R\$ 69.690,00	R\$ 3,46
<i>Gêra Ornelas</i>	6729	R\$ 18.974,91	R\$ 2,82
<i>Miguel Corrêa da Silva</i>	9071	R\$ 23.766,30	R\$ 2,62
<i>Walter da Rocha Tosta</i>	14076	R\$ 36.880,00	R\$ 2,62
<i>Paulão</i>	6725	R\$ 17.551,28	R\$ 2,61
<i>Sérgio Silva Balbino</i>	7615	R\$ 15.458,08	R\$ 2,03
<i>Ana Paschoal</i>	6437	R\$ 12.938,56	R\$ 2,01
<i>Silvinho Rezende</i>	8677	R\$ 14.577,00	R\$ 1,68
<i>Alberto Rodrigues</i>	7536	R\$ 12.585,46	R\$ 1,67
<i>Carlos Henrique</i>	16964	R\$ 26.634,09	R\$ 1,57
<i>Vanderlei Andrade Miranda</i>	17932	R\$ 17.931,86	R\$ 1,00
<i>Delio de Jesus Malheiros</i>	14301	R\$ 13.300,00	R\$ 0,93
<i>Sílvia Helena Rabelo</i>	5747	R\$ 5.000,00	R\$ 0,87
<i>Chambarelle</i>	9609	R\$ 6.822,50	R\$ 0,71
<i>Reinaldo Lima</i>	6522	R\$ 3.000,00	R\$ 0,46
<i>Autair Gomes</i>	7105	R\$ 2.700,00	R\$ 0,38

A análise das receitas declaradas na campanha de 2004 mostra que, dos 40 maiores doadores para candidatos a vereador em BH, responsáveis por R\$ 1.742.854,25, (39% do total financiado na cidade), 26 foram pessoas físicas. Essas doações corresponderam a pouco menos de R\$ 900 mil, ou 51% do total dos 40. Por outro lado, doações provenientes de comitês partidários municipais, estaduais e federais responderam por cerca de R\$ 500 mil (29%) do montante. O restante, R\$ 351 mil (20%), deveu-se a empresas privadas.

As tabelas seguintes relacionam as duas empresas que forneceram mais dinheiro para campanhas a vereador de Belo Horizonte em 2004 e os respectivos candidatos beneficiários. A última linha de cada tabela representa a “eficiência” das doações, em termos numéricos e financeiros.

V & M do Brasil			
<i>Luzia Maria Ferreira</i>	PPS	Eleita	R\$ 50 mil
<i>Ronaldo Wagner Gontijo</i>	PPS	Eleito	R\$ 30 mil
<i>Ronaldo Luiz Rezende Malard</i>	PTB	Suplente	R\$ 10 mil
<i>Rui Eustáquio Alves Resende</i>	PSDB	Suplente	R\$ 8 mil
Total			R\$ 98 mil
Eficiência		50%	83%

A V & M foi responsável por 32% do total do financiamento obtido por Luzia Maria Ferreira e por 69% do total doado a Ronaldo Wagner Gontijo.

Banco Rural			
<i>Wadson de Oliveira Lima</i>	PSB	Suplente	R\$ 10 mil
<i>Wagner Messias Silva</i>	PFL	Eleito	R\$ 7 mil
<i>Alberto Carlos Dias Duarte</i>	PMDB	Suplente	R\$ 7 mil
<i>Leonardo de Castro Pires</i>	PSDB	Suplente	R\$ 5 mil
<i>Geraldo Felix de Jesus</i>	PMDB	Eleito	R\$ 5 mil
<i>Wellington de Magalhães</i>	PAN	Eleito	R\$ 5 mil
<i>Raphael Daniel Da Costa</i>	PL	Suplente	R\$ 4 mil
<i>João Antônio Motta</i>	PT	Suplente	R\$ 3 mil
<i>Ana Pascoal dos Anjos</i>	PT	Eleita	R\$ 3 mil
<i>Arnaldo Augusto Godoy</i>	PT	Eleito	R\$ 3 mil
<i>Acílio de Lara Resende</i>	PSDB	Suplente	R\$ 3 mil
Total			R\$ 55 mil
Eficiência		45%	42%

O Banco Rural, acusado de funcionar como caixa do esquema do "mensalão", estaria também envolvido no escândalo do chamado "valerioduto mineiro" (suposto esquema de financiamento eleitoral irregular). A instituição foi acusada pela Polícia Federal de fornecer dinheiro por meio de empréstimos do publicitário Marcos Valério para o caixa 2 da campanha do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo de Minas em 1998 e de outros políticos que se candidataram naquele pleito.

Além dessas, foram importantes financiadores na campanha para vereador em Belo Horizonte as seguintes empresas. Na última coluna, os percentuais dessas doações em relação ao arrecadado pelos candidatos (só os eleitos):

Empresa	Candidato	Partido	Situação	Montante	%
Boulevard Hotéis	<i>Paulo Roberto Lamac Júnior</i>	PTN	Eleito	R\$ 38 mil	51,6%
Gaessler & Solon	<i>Alberto Carlos Dias Duarte</i>	PMDB	Suplente	R\$ 32 mil	
Consita	<i>José Tarcisio Caixeta</i>	PT	Eleito	R\$ 23,5 mil	21,4%
	<i>Neusa Aparecida dos Santos</i>	PT	Eleita	R\$ 5 mil	7,2%

Os parlamentares de BH não apenas receberam financiamentos para suas campanhas como também realizam doações para outros candidatos nas eleições seguintes, de 2006. Na tabela a seguir, figura a relação de candidaturas que doze vereadores belo-horizontinos financiaram nas eleições gerais daquele ano. Dois vereadores contribuíram com a campanha de Aécio Neves (PSDB) ao governo de Minas: Anselmo Domingos (PTC) e Carlúcio Gonçalves (hoje no PR).

Três vereadores – Gêra Ornelas (PSB), Moamed Rachid (PDT) e Silvinho Rezende (PT) – doaram para o hoje deputado estadual Roberto Carvalho (PT), que pode ser o candidato a vice-prefeito de Belo Horizonte na chapa encabeçada por Márcio Lacerda (PSB) e abençoada pelo prefeito petista Fernando Pimentel e pelo governador Aécio Neves.

Vereador	Candidato	Cargo	Situação	Doação
<i>Moamed Rachid</i>	Jael de Oliveira	Deputado Estadual	Suplente	R\$ 10.765,00
<i>Silvia Rabelo</i>	Luzia Ferreira	Deputado Estadual	Suplente	R\$ 5.800,00
<i>Elaine Matozinhos</i>	Antônio Soares	Deputado Federal	Eleita	R\$3.314,59
<i>Silvia Rabelo</i>	Alexandre de Oliveira	Deputado Federal	Eleita	R\$ 1.800,00
<i>Neila Batista</i>	Rogério Baptista	Deputado Federal	Suplente	R\$ 1.590,52
<i>Anselmo Domingos</i>	Aécio Neves	Governador	Eleito	R\$ 1.000,00
<i>Carlúcio Gonçalves</i>	Aécio Neves	Governador	Eleito	R\$ 1.000,00
<i>Winícius Dantas</i>	Miguel Correa	Deputado Federal	Eleito	R\$ 1.000,00
<i>Hugo Thomé</i>	Lazaro Oliveira	Deputado Estadual	Suplente	R\$ 720,00
<i>Neila Batista</i>	Rilke Públio	Deputado Estadual	Suplente	R\$ 500,00
<i>Arnaldo Godoy</i>	Antonio Carlos Pereira	Deputado Federal	Suplente	R\$ 200,00
<i>Gêra Ornelas</i>	Roberto Carvalho	Deputado Estadual	Eleito	R\$ 200,00
<i>Ana Paschoal</i>	Antonio Carlos Pereira	Deputado Federal	Suplente	R\$ 100,00
<i>Moamed Rachid</i>	Roberto Carvalho	Deputado Estadual	Eleito	R\$ 100,00
<i>Silvinho Rezende</i>	José Caixeta	Deputado Federal	Suplente	R\$ 50,00
<i>Silvinho Rezende</i>	Roberto Carvalho	Deputado Estadual	Eleito	R\$ 50,00
<i>Neila Batista</i>	Marcelo Baptista	Deputado Estadual	Suplente	R\$ 10,97